Aceitação, interpretação e objetividade: um ensaio sobre a juridicidade de regras e princípios no projeto *hart-dworkiano*¹

Lucas Dutra Bortolozzo*

INTRODUÇÃO

Este artigo é, antes de tudo, uma tentativa de compreender o debate entre Hart e Dworkin. O filósofo Ronald Dworkin, em seu *The Model of Rules*,² ao criticar a posição juspositivista, mais especificamente na concepção de H.L.A. Hart, começa este debate, o qual termina com o pós-escrito de Hart ao “Conceito de Direito”. O debate Hart/Dworkin é habitualmente compreendido como um conflito entre duas posições – positivismo e, digamos, reconstrutivismo – absolutamente antagônicas. Neste ensaio, tentar-se-á mostrar que, subjacente ao positivismo hartiano

e ao reconstrutivismo dworkiano, está um mesmo projeto filosófico, a saber, sobre a objetividade e a certeza no fenômeno jurídico. E que, neste projeto, ambos são complementares.

O ensaio está dividido em duas partes. Primeiro, propõe-se uma interpretação da obra de Herbert Hart, qual seja, sobre: 1) os limites da noção de aceitação compartilhada – fundamento da regra de reconhecimento hartiana – para a compreensão do fenômeno jurídico e 2) a objetividade do conceito de regra proposto por Hart como uma resposta à concepção autonômica de objetividade denominada “ceticismo externo”.

* Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 Este texto é o resultado da etapa inicial de uma pesquisa orientada pelo professor Cláudio Michelin, ao qual muito agradeço pelas críticas e sugestões.

2 Utilizo, ao invés do artigo original, a reformulação feita por Dworkin no segundo capítulo de DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. (trad. Nelson Boeira) São Paulo: Martins Fontes. 2002. 568 p., denominado Modelo de Regras I., a partir de agora LDS.

Na segunda parte, tenta-se analisar Dworkin, por assim dizer, dworkianamente. Tenta-se compreender a obra de Dworkin como um todo coerente e, deste todo: 1) retirar conceitos fundamentais sobre o projeto filosófico referido, por exemplo, o conceito – tão mal compreendido – de princípio jurídico ou da tese da única resposta correta e 2) perceber como estes conceitos, em conjunto com a interpretação da regra de reconhecimento proposta anteriormente se interlaçam em uma mesma teoria sobre a objetividade no fenômeno jurídico.

1. HART E O CETICISMO EXTERNO

Herbert Hart, ao construir sua teoria, descarta a noção de objetividade como autonomia, ou seja, a posição segundo a qual os participantes de determinada prática social – aqui nos interessa o direito – não podem determinar o conteúdo dessa prática, mas somente recebê-lo. Em outras palavras, não compreende a proposta que há uma completa oposição entre o sujeito (participante da prática) e o objeto (prática em si). Neste ponto, portanto, tentar-se-á explicar: 1) a concepção de objetividade subjacente à teoria hartiana, 2) como esta concepção enfrenta a concepção autonômica, 3) os limites da

posição de Hart e 4) como ela está pressuposta na teoria de Dworkin.

Segundo Hart, os conceitos que utilizamos estão intrinsecamente conectados aos ambientes nos quais o apreendemos. Ao adentrarmos, como estranhos, em um determinado grupo social, passaríamos a reconhecer autoridade quando integrantes deste grupo utilizam o que para nós são novos termos.³ No entanto, após apreendermos esta relação termo-situação, passamos, igualmente aos outros integrantes do grupo, a participar desta comunidade. Isso significa que aceitamos suas regras, mas também que temos autoridade, como os primeiros participantes, para constituir-las. Podemos também determinar seu significado através de um consenso social.

O grande insight de Hart, neste ponto, foi conseguir construir critérios públicos, não somente subjetivos, mas, e essencialmente, compartilhados pelos sujeitos dentro de uma determinada comunidade. Desta forma estabeleceu um método de teorizar contra o ceticismo jurídico, principalmente em relação à objetividade nos domínios normativos.⁴ Por isso, a postura cética que somente “admite a utilização de enunciados jurídicos (como a de qualquer outro enunciado) desde que esses enunciados

3 Para a relação entre o direito e a moral no pensamento de Hart, Cf. HART, Herbert. *Positivism and the separation of law and morals*. In: DWORKIN, Ronald (Org.). *The philosophy of law*. Oxford: Oxford University Press. 1977. cap. 1, p.17-37.

4 MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.119.

não sejam considerados afirmações sobre como as coisas realmente são”⁵ deve ser descartada.

O critério de objetividade de qualquer regra social (regras jurídicas, por exemplo) é esta ser um padrão de crítica compartilhado que nós utilizamos para julgar nossas perspectivas subjetivas. Baseando-se, então, na análise da linguagem ordinária utilizada nos tribunais, Hart busca mostrar que é possível depreender, deste fenômeno social, um enunciado que explicite a origem do fundamento de juridicidade para qualquer sistema jurídico. Só é necessário uma aceitação compartilhada deste enunciado pelos participantes desta prática social (em nosso caso principalmente juízes).

O que significa, no entanto, aceitação? Hart afirma que “aceitar” não é

somente observar um comportamento. E não poderia sê-lo, obviamente, já que hábitos sociais possuem igualmente essa observância, não sendo possível a distinção entre hábitos e regras⁶ devido somente a este critério. “Aceitar” também não significa ter uma aprovação ético-política.⁷ “É possível aceitar um padrão de comportamento ainda que o consideremos desvalioso do ponto de vista ético-político”.⁸

A aceitação de um comportamento pode ser percebida quando o seu desvio é visto como um erro, existindo uma compartilhada pressão social negativa como resposta a este erro. “Aceitar”, portanto, é utilizar um padrão como um modelo ideal, que possa justificar e estabelecer críticas aos comportamentos considerados inadequados.⁹

Para Hart, é fundamental perceber que a aceitação é um fenô-

5 MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.123.

6 A distinção entre hábitos e regras é, dentro da teoria hartiana, fundamental. Ambos, de fato, possuem um mesmo aspecto externo, uma convergência de comportamentos. No entanto, diferem com relação à capacidade de provocar uma posição crítica, um aspecto interno que o hábito não possui. De fato, não criticaríamos um casal que tem por hábito alugar filmes todos os finais de semana por não tê-lo feito neste último. Por outro lado, tranquilamente criticaríamos aqueles que passaram por um sinal vermelho durante o dia. Este aspecto interno que possui a regra constitui em uma atitude crítico-reflexiva daqueles que percebem uma obrigatoriedade neste comportamento, tornando-o não-facultativo. A regularidade de comportamento é condição necessária e suficiente para a existência de um hábito, mas é apenas condição necessária para a existência de uma regra. Sobre a distinção entre hábitos e regras no pensamento de Hart. Cf. MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.136.

7 CATANIA, Alfonso. L'acettazione nel pensiero di Herbert L.A. Hart. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Milano, v. 48, n. 4, p.261-279, 1971, p.262.

8 MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.138.

9 O uso e a aceitação de padrões estão intrinsecamente conectados. Não pode haver a aceitação de qualquer critério (inclusive da validade jurídica) se estão sendo utilizados outros distintos. “Quando usamos outros critérios, significa que não aceitamos o mais precedente, mas sim aqueles dos quais estamos nos servindo”. CATANIA, Alfonso. *L'acettazione* ,... p.278.

meno social, não individual, é o compartilhamento de um critério público de julgamento. Isso significa que não se pode falar em regras individuais,¹⁰ já que de aceitação social depreende-se uma utilização de um padrão por larga camada do grupo.¹¹ Também não é a aceitação o resultado de uma deliberação. Não se escolhe viver em uma comunidade, visto que estar em uma não é uma questão física. É, principalmente, uma questão de compartilhar uma cultura, uma linguagem.

A posição de Hart possui, no entanto, seus problemas: os critérios de aceitação precisam ser públicos, compartilhados, consensuais. A questão é perceber que mesmo que exista certo consenso, é necessário descobrir até que ponto ele existe.

Criticando Hart no que toca aos limites de sua concepção de objetividade como consenso social, Dworkin aponta para a possibilidade três discussões possíveis dentro de um processo jurisdicional: sobre fatos (o que aconteceu?), sobre o direito (qual a

regra pertinente?) e sobre a moralidade política (a regra é justa, e, se não for, deve ser ignorada pelo juiz?).¹² Nos importa aqui somente a segunda questão. O que significa o fato, por exemplo, de dois advogados discutirem o significado e, conseqüentemente, a forma de aplicação de um mesmo artigo ou conjunto de artigos? Que discussão é essa? Onde reside esta divergência? A pertinência destas perguntas reflete a existência do que Dworkin chama de divergência teórica. Distinta de uma divergência empírica, quando se discute a existência de uma regra para o caso,¹³ os juristas, na absoluta maioria dos casos, também discutem sobre o que esta regra “quer dizer”. Discutem, em suma, qual o sentido de uma mesma proposição jurídica.

O direito, para Dworkin, não está determinado antes que se faça nenhum juízo sobre ele. Hart, de fato, nos diz quais são as regras que devem ser utilizadas, entretanto, não explica como utilizá-las. Esta visão de que o direito está “determinado antes e indepen-

10 MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.139.

11 A quantidade de pessoas que aceitam um padrão não algo fundamental para a determinação de seu caráter público. É o resultado de um grande consenso, algo paradigmático. Como explica o professor Michelin “a pergunta sobre quão genérica deve ser essa aceitação é um mal entendido no mesmo sentido de que a pergunta sobre quantos fios de cabelo deve ter para não ser careca é um mal entendido. Em outras palavras, a diferença é lógica, não estatística.” Cf. MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*,... p.140.

12 DWORKIN, Ronald. *Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes. 2002, p.6. A partir de agora, ID.

13 DWORKIN, Ronald. *Império*..., p.8.

dentemente dos juízos que sobre ele façam”¹⁴ é chamada por Ronald Dworkin de ‘agulhão semântico’

Hart sofreu este agulhão. Ele construiu o que Dworkin chama de uma “teoria semântica”, que tem como pressuposto que os juristas, ao utilizarem os mesmos critérios para decidir quando uma proposição jurídica é verdadeira, estariam igualmente de acordo com relação ao que o direito é.¹⁵ Este fenômeno, entretanto, não ocorre. Os fundamentos do direito na teoria hartiana, uma aceitação compartilhada dos juizes e funcionários públicos sobre os critérios de juridicidade, uma aceitação que pode ser percebida pela análise da linguagem ordinária utilizada por estas pessoas, pressupõe um consenso que não existe, ou pelo menos não existe nos exatos termos de Hart.¹⁶

A linguagem, e mesmo Hart aponta para esse fato,¹⁷ não é sempre clara ou precisa, existindo, então, casos cinzentos. Para Hart, esses casos seriam apenas limítrofes, tendo na grande

maioria dos casos um grau maior de certeza. Essa constatação, quando se percebe a existência – e a importância – da divergência teórica, mostra-se falsa. A utilização do que Hart denomina de poder discricionário, antes de ser uma exceção, seria a regra, isto é, aconteceria em quase todos os casos. Dworkin, por isso, pergunta-se:

*Como poderiam pensar ter argumentos favoráveis à decisão essencialmente arbitrária de usar a palavra em um sentido, e não em outro? Como poderiam pensar que decisões importantes sobre o uso do poder do Estado pudessem se transformar em um mero jogo de palavras?*¹⁸

Para que se possa admitir que o direito não seja somente um jogo de palavras, segundo Dworkin, deve-se aceitar a divergência e passar a trabalhar com ela. Os juristas precisam perceber que, ao falarem sobre o direito, acabam – mesmo que involuntariamente – invocando a paternidade sobre seu

14 GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito e a Filosofia Prática no Pensamento de Ronald Dworkin*. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2002. p.11.

15 DWORKIN, Ronald. *Império...*, p.41.

16 Endicott afirma que este é o desafio mais fundamental que Dworkin fez a Herbert Hart: is the interpretativist chalange: (i) that Hart thought that the fulcrum of disagreement is a set of shared criteria for the application of legal concepts, and (ii) that we typically do not share such criteria. [...] That means that Hart's theory cannot explain how law accomplishes what Hart considered its basic function: to provide standards that guide behaviour. ENDICOTT, Timothy. *Herbert Hart and the Semantic Sting*. In COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.39.

17 HART, Herbert. *O Conceito de Direito*. 3.ed. Lisboa: Caulouste Gulbenkian, 1994, p.139.

18 DWORKIN, Ronald. *Império...*, p.50.

significado, supondo que o ser humano é capaz de perceber o conteúdo de textos e práticas realizados por outros homens, até em épocas distintas, sem contaminar o conhecimento com suas próprias idéias.¹⁹

Segundo Dworkin, a única forma de *extrair* o agulhão semântico é ignorar as teorias semânticas do direito e admitir que o direito precisa ser considerado como uma prática interpretativa. Ressalva-se que Dworkin está oferecendo, não uma teoria sobre a interpretação jurídica, mas uma teoria *interpretativa do direito*. O direito seria dividido em três fases: uma pré-interpretativa, na qual se reúne o material consensualmente admitido como jurídico; uma interpretativa, na qual o intérprete constrói uma teoria moral para explicar os elementos dispostos na primeira fase e uma fase pós-interpretativa, quando o intérprete conecta o resultado de sua teoria moral com o material jurídico da primeira fase, a modificando para o próximo caso. Para o filósofo americano, este novo conceito de direito seria a única forma possível de mostrar como um problema interno e subjetivo (dissenso sobre o significado do material jurídico utilizado) não acabará por justificar algo objetivo (a coerção estatal).

Devido às críticas de Dworkin centrarem-se nas falhas do conceito

semântico de objetividade de Hart, um dos principais pilares da teoria positivista hartiana, a regra de reconhecimento, sofre igualmente importantes apreciações. Para Dworkin, a regra de reconhecimento não poderia identificar todo o material jurídico porque:²⁰

Argumentamos em favor de princípios debatendo-nos com todo um conjunto de padrões – eles próprios princípios e não regras – que estão em transformação, desenvolvimento e mútua interação. [...] Não poderíamos aglutiná-los todos em uma única ‘regra’, por mais complexa que fosse.

A teoria interpretativa de Dworkin, no entanto, pressupõe uma espécie de regra de reconhecimento. Hart, apesar de não perceber as verdadeiras críticas de Dworkin, aponta para este fato, já que mesmo o processo interpretativo de Dworkin possui aberturas para a doutrina da regra secundária. No momento em que o americano distingue uma etapa pré-interpretativa, na qual se determina qual material institucional será interpretado, aceita, de fato, algo muito semelhante à regra de reconhecimento. A diferença reside no fato que Dworkin, ao invés de falar em uma regra baseada na aceitação daqueles que aplicam o direito, fala em “consenso” e “paradigmas” que aqueles que irão interpretar compartilham.²¹

19 GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito*,... p.40-53.

20 DWORKIN, Ronald. *Levando*,... p.65.

21 HART, Herbert. *O Conceito*,... p.329.

Apesar de Hart, acertadamente, afirmar que a teoria de Dworkin pressupõe uma regra de reconhecimento, esta é absolutamente distinta da maneira como é apresentada pelo autor inglês, já que não visa mostrar o fenômeno jurídico “como ele é” e aceita que, na verdade, parte do fenômeno jurídico trabalha diretamente, e sempre, com a moralidade subjetiva do juiz, ou seja, de qual sentido deve ter o material jurídico.²² No intento de mostrar o direito como ele é,²³ Hart acaba compreendendo a parte como se fosse o todo. Dworkin, então, não está negando a possibilidade da existência de uma regra de reconhecimento, mas seu limite e, tendo este em vista, sua verdadeira função.

Paul Gaffney faz uma distinção que clarifica as propostas de Dworkin no que toca a regra de reconhecimento:

esta possuiria duas funções, uma epistemológica (identificar o material jurídico) e outra semântica (conhecer o direito).²⁴ Hart, obviamente, não faz esta distinção, já que, para ele, essas duas funções estão intrinsecamente conectadas. O direito estaria pronto (a regra de reconhecimento o teria identificado previamente ao caso) e só precisaria ser aplicado.

Dworkin, por seu turno, considera as duas funções absolutamente distintas, mostrando que a regra de reconhecimento hartiana, na verdade, só poderia cumprir a primeira função plenamente, ou seja, identificar as fontes do direito consensualmente estabelecido. Em outras palavras, mostra quais padrões são compartilhados como jurídicos, mas não diz o que fazer com eles. Para Dworkin, ao

22 Hart, como mostramos no capítulo anterior, não analisa no fenômeno jurídico o problema da justificação das decisões judiciais. Como diz Stavropoulos, “Relations of justifications are not legitimate for Hart. Not only does he say thios account is descriptive; moreover, what justifies use is too far way from the surface of use, too deep to be acceptable to him.” Cf. STAVROPOULOS, Nicos. *Hart's Semantics*. in COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.77.

23 Na verdade, a relação entre o direito e a moral sempre foi encarada por Hart tendo em vista duas crenças filosóficas: primeiro, suas dúvidas sobre a objetividade da ética e de todos os juízos valorativos, e segundo, sua crença na objetividade do direito. Cf. RAZ, Joseph. *Two Views of the Nature of the Theory of The Law*, in COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.5.

24 “A rule of recognition serves an epistemic purpose when it sets out tests for verifying the legality of other rules and norms. It serves a semantic purpose when it sets out truth conditions for propositions of law. The two purposes are not the same, and not every rule of recognition serves both purposes at once.” GAFFNEY, Paul. *Ronald Dworkin on Law as Integrity: Rights as Principles of Adjudication*. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 1996, p.23.

aceitarmos que a regra de reconhecimento pudesse cumprir as duas funções, perceberíamos que em pouquíssimos casos existiria uma regra jurídica. Precisaríamos, como Hart propõe, que concordássemos não somente sobre o caráter jurídico, mas também sobre o significado dos símbolos jurídicos aplicados, já que a relação validade/eficácia seria totalmente direta. Somente seriam efetivamente jurídicas regras como a da validade do testamento, da velocidade máxima de um carro em uma rodovia, etc. Regras que possuem termos absolutamente claros e fechados, que não permitiriam, hoje, que possa haver uma discussão teórica sobre o sentido da norma em questão. Todas as outras regras jurídicas possuiriam o que Hart chama de textura aberta, sendo passível da utilização do

poder discricionário pelo juiz. Uma conclusão absolutamente indesejável à teoria hartiana ou a qualquer outra que busque a certeza no fenômeno jurídico como forma de legitimação do uso da força pública.

A regra de reconhecimento, e, desta forma, o conceito social de objetividade de Hart, são, em certa medida, recepcionados pela teoria de Dworkin²⁵ No entanto, é necessário perceber que Dworkin, de maneira alguma, aceita a teoria semântica de objetividade, mas que a identificação de um texto como jurídico ao invés de outro já é, *per se*, um julgamento interpretativo.²⁶ A regra de reconhecimento “dworkiana”²⁷ corresponde, plenamente à função semântica²⁸ da antiga correspondente hartiana.²⁹ Ela não pode identificar todo o fenômeno jurídico, já que este é um

25 Segundo Endicott, isto ocorre devido ao fato que ‘Even to disagree, we need to understand each other. If I reject what you say without understanding you, we will only have the illusion of a disagreement. You will be asserting one thing and I will be denying another. Even to disagree, we need some agreement.’ ENDICOTT, Timothy. *Herbert Hart*,... p.39.

26 Cf. DWORKIN, Ronald. *Uma Questão de Princípios* (Trad. Luis Carlos Borges). São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.253.

27 Uma das principais intuições com relação a existência desta regra de reconhecimento pode ser encontrada em Hund: “There is, a hope to show, a valuable descriptive component locked within the heart of Dworkin’s institutional approach” HUND, John. *New Light on Dworkin’s Jurisprudence*. *ARSP*, v.LXXV. 1989, p.471.

28 É preciso deixar claro que a regra de reconhecimento não identificaria somente o material, mas sim o que fosse semanticamente consensual à comunidade em questão. Por isso, além do material, é necessário que coloquemos a apreensão epistemológica mínima pela regra de reconhecimento. De fato, não poderia ser relativo a assuntos muito abstratos, só o necessário para que o significado de “carro” não seja confundido com o de “cachorro”, e comecemos a multar os donos de cães por que os deixaram “estacionados” no parque.

29 Como diz Endicott: “The fulcrum of disagreement is nothing more than the use of paradigms”, p.41.

processo que exige uma etapa interpretativa, de relação individual entre o jurista e o material recebido na fase pré-interpretativa, mas é capaz de identificar qualquer fase em que os critérios sejam compartilhados. Isto significa que, apesar de a regra de reconhecimento não ser capaz de analisar a construção do direito em sua fase interpretativa, é capaz de fazê-lo nas outras duas etapas da interpretação, na fase pós-interpretativa, como também na pré-interpretativa.

Mesmo Hart consegue perceber a convergência entre a regra de reconhecimento e a fase pré-interpretativa.³⁰ Há, entretanto também uma fase pós-interpretativa, quando há a adequação da teoria moral criada pelo juiz ao ordenamento até então identificado, ou, em termos menos dworkianos, quando ocorre a jurisdição. Neste momento, um novo paradigma é adicionado ao ordenamento, fazendo com que o ciclo hermenêutico de Dworkin seja completado, criando uma nova, mesmo que só levemente modificada, regra de reconhecimento para o próximo caso.³¹

De fato, mesmo que a dinâmica da regra de reconhecimento seja lenta, ela existe, já que “no single paradigm is guaranteed to emerge intact from the post-interpretative stage, at which the interpreter ‘adjusts his sense of what the practice really requires so as better to serve the justification he accepts at the interpretative stage.’”³² A regra de reconhecimento seria capaz, então, de identificar, tanto o ponto de partida (o direito estabelecido), como o de chegada (a decisão judicial).

Em suma: a principal diferença da regra de reconhecimento entre a teoria semântica de Hart e a interpretativa de Dworkin é que, enquanto que o direito válido significa, para a primeira, o êxito de uma interpretação, para a segunda é somente um pressuposto de uma atividade interpretativa.³³

2. DWORKIN E O CETICISMO INTERNO

O ponto anterior possuía basicamente duas funções: 1) mostrar a

30 “As práticas jurídicas estabelecidas ou paradigmas de direito que tal teoria interpretativa deve interpretar são designados por Dworkin como ‘pré-interpretativos’ e considera-se que um teorizador não terá dificuldades, nem terá de executar para tal tarefa teórica, em identificar tais dados pré-interpretativos, uma vez que estão estabelecidos como uma questão de consenso geral dos juristas de sistemas jurídicos concretos.” HART, Herbert. *O Conceito*,... p.302.

31 Em termos ideais, o juiz deveria considerar todo o material jurídico identificado pela regra de reconhecimento. O que não inclui somente códigos, Constituição, etc., mas também as decisões proferidas nos tribunais. Além disso, por material jurídico não me refiro somente a textos escritos, mas também a práticas que sejam consideradas como jurídicas, visto que o critério é a aceitação compartilhada expressada na linguagem, o que poderia englobar conjuntamente atos e costumes considerados jurídicos.

32 ENDICOTT, Timothy. *Herbert Hart*,... p.48.

33 SCHIAVELLO, Aldo. *Diritto come integrità*,...p.139.

concepção de objetividade presente em Hart, uma visão que tem como intuito acabar com a antecedente percepção de uma realidade que pode ser vista de lugar algum ou, como aqui está sendo denominado, ceticismo externo e 2) apontar para o fato de que a teoria de Dworkin pressupõe a objetividade hartiana mas, além disso, percebe seus limites – o agulhão semântico – e, por isso, precisa construir um novo conceito de direito, não mais semântico, mas interpretativo.

Dworkin, no entanto, por delegar ao intérprete uma função conceitualmente fundamental a atividade jurídica, precisa construir uma nova concepção de objetividade, que possa justificar o porquê da legitimidade da força pública, em última análise, depender de uma posição meramente individual, a do juiz.³⁴

A posição que nega este projeto é o que Dworkin chama de ceticismo interno ou, em outras palavras, a descrença na possibilidade de existência de uma única resposta correta a cada caso concreto, a *right answer thesis*, visto que cada intérprete acabaria, na

verdade, uma resposta distinta. Isto impossibilitaria a busca pela certeza e objetividade no domínio normativo, condições necessárias ao direito na modernidade, como mostramos no primeiro ponto do ensaio.

A discussão, em suma, centra-se na segunda fase interpretativa.³⁵ Nesta, por não haver mais um consenso, há uma tentativa (segundo os cétricos internos destinada ao fracasso) de construção de uma teoria moral que justifique, da melhor maneira possível, a organização dos elementos consensuais dispostos na primeira etapa. Tornemos, então, à resposta de Dworkin.

Para Dworkin, a resposta ao ceticismo passa pela correta compreensão do direito como integridade. Esta concepção é, na verdade, uma forma de encarar a atividade jurisdicional, ou seja, uma tentativa de compreender nossas instituições sobre a sua melhor luz, como se tivessem seguido, ao longo da história, uma mesma linha de princípios. Isso significa que, quando critérios contraditórios são encontrados na teoria moral que se está construindo,

34 Dworkin afirma que suas teses são, na verdade, “uma tentativa de melhorar a equivocada teoria do ‘simplesmente ali’ para o sentido dos julgamentos interpretativos”. Cf. DWORKIN, Ronald. *Uma Questão...*, p.252.

35 A interpretação judicial para Dworkin, como se sabe é criativa-constructiva. *Criativa*, por não se prender às intenções do autor e *constructiva*, visto que é o intérprete que propõe um propósito ao seu objeto (regras). Para melhor compreensão do conceito dworkiano de interpretação Cf. DWORKIN, Ronald. *Império...*, p.64 e DWORKIN, Ronald. *Uma Questão...*, p.252-254.

deve-se tentar encontrar uma nova explicação, mais coerente,³⁶ a fim de que as decisões judiciais não sejam meramente conciliatórias.³⁷

O direito como integridade, então, ignora um velho debate sobre o papel do juiz dentro da prática judicial, se este descobriria ou inventaria o direito no caso concreto. Como disse Pastore, essa concepção sugere um novo raciocínio jurídico, entre as duas posições, mas, ao mesmo tempo, não relacionado a nenhuma das duas.³⁸ O direito, para Dworkin, não seria descoberto ou inventado, mas construído. Sempre sendo buscada a única resposta correta, a mais coerente com o material jurídico.

É partindo desta busca pela coerência, na segunda fase da interpretação jurídica, que é possível compreender os princípios na teoria de Dworkin, um conceito absolutamente fundamental à percepção da objetividade em seu

pensamento. Dworkin normalmente é tratado como possuindo duas fases de pensamento. A primeira sendo exposta principalmente em “Levando os Direitos a Sério”, ao passo que a segunda estaria presente somente em “O Império do Direito”. Quando se trata da teoria dos princípios, então, normalmente refere-se à exposição do capítulo quarto do LDS, e somente a este capítulo. Isto, entretanto, é um grande erro. Os princípios dworkianos só podem ser compreendidos por meio da doutrina exposta em “O Império do Direito” e, caso isso não ocorra, as distinções propostas pelo “primeiro” Dworkin poderiam ser facilmente refutadas.³⁹

A obra de Dworkin deve ser encarada como um todo, tentando tornar coerente o que – aparentemente – é contraditório, tentando dar novas luzes a propostas antes consideradas inconsistentes. Busca-se aqui uma teoria que

36 Coerência não consiste, na teoria do filósofo americano, somente na eliminação de normas contraditórias, as antinomias. A resolução das antinomias mostra-se uma questão de consistência (consistency). Sobre a distinção entre coerência e consistência no pensamento de Dworkin, em comparação com a posição de jusfilósofos como MacCormick e Bobbio, Cf. PINO G., *Coerenza e verità nell'argomentazione giuridica. Alcune riflessioni, in Rivista internazionale di filosofia del diritto*, LXXV, 1998, p. 87.

37 CALSAMIGLIA, Albert. Dworkin and the focus on Integrity, in *ARSP*, v.80, 1994, p.62.

38 PASTORE B., *Integrità tradizione, interpretazione, in Rivista internazionale di filosofia del diritto*, IV Serie, n. 70, 1993, p.73.

39 Duas consistentes críticas que se apegam somente aos critérios expostos em LDS podem ser encontradas em Hart e Schiavello. Devido a esta percepção, tende-se a considerar os princípios não como elementos diversos das regras, mas sim o mesmo elemento em um maior grau de abstração e generalidade, possibilitando que regras diferentes possam ser, nada menos, que exemplificações de um mesmo princípio. Cf. HART, Herbert. *O Conceito...* p.322. e SCHIAVELLO, Aldo. *Riflessioni sulla distinzione “rules/principles” nell’opera di Ronald Dworkin. Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Gennaio-Marzo, p.159 e ss., 1995.

explique Dworkin de maneira que este pareça o mais coerente possível. Em outras palavras, tenta-se mostrar Dworkin à maneira dworkiana. Isso significa que as distinções propostas em LDS, no que toca à diferenciação lógica entre regras e princípios, precisam ser pensadas nos termos interpretativos de ID. O teste de *pedigree*, por exemplo, que determina a validade das regras, mostra-se algo claro, já que a aplicação destas regras, na fase pré-interpretativa, de fato, é tudo-ou-nada, pois a regra é um padrão social, consensual, de aceitação compartilhada. Ou se utiliza o determinado material como ponto de partida para a segunda fase interpretativa, ou este material não constitui uma regra jurídica. É tudo-ou-nada.⁴⁰

Os princípios não são, por seu turno, o fruto de uma criação ou convenção social, mas o resultado de um árduo processo interpretativo.⁴¹ São propostas morais provindas do sujeito buscando encontrar um abrigo dentro dos limites

do objeto. Isto que significa dizer que os princípios são elementos justificativos, sendo do conflito entre o sujeito e o objeto que resultam os princípios. Uma teoria moral é proposta ao objeto, e é função deste aceitá-la, ou não. O objeto, o direito estabelecido no acordo pré-interpretativo, possui na teoria dworkiana uma função exclusivamente negativa, qual seja, mostrar ao sujeito os limites de sua interpretação, sobre o que este pode debruçar-se. Os princípios, desta forma não são descobertos no objeto, mas aceitos por ele. E é dever do juiz tentar ponderar seus princípios até o encontro da resposta correta. Um princípio, portanto, é um argumento moral do intérprete para a justificação do direito pré-estabelecido.⁴² Desta forma, cada caso representa uma interpretação, e cada interpretação representa um diferente conjunto de princípios. Diferente tanto de todos os princípios anteriores como também dos posteriores. A razão deste caráter dinâmico é simples: os princípios são estruturados e construídos *tendo em vista*

40 Como se mostrou, a teoria hartiana não demonstra um conceito de regra tão restrito. Não propõe que o termo “regra” só exemplifique padrões de conduta formulados através de atos competentes, mas existência de uma regra, em Hart, acaba por significar a mera origem de um fato histórico. O entendimento de Ronald Dworkin, sobre as proposições de Herbert Hart, principalmente com relação à regra de reconhecimento não é restritivo. Pelo contrário, Dworkin leva em consideração os verdadeiros fundamentos de Hart, tornando-o coerente em seus próprios termos. Ao invés de criticar um “modelo” hartiano, Dworkin o julga dentro de seu próprio campo, o sociológico.

41 Sobre a relação entre princípios, regras e interpretação, Cf. WALDMAN, Ricardo Libel. A Teoria dos Princípios de Ronald Dworkin. *Direito e Justiça*, Porto Alegre, v.25, p.119-145, 2002.

42 Os princípios não aparecem somente em casos difíceis, mas em qualquer caso. O termo “lacunas”, um dos critérios habituais para conceituação de um caso difícil mostra-se para Dworkin ininteligível. Cf. GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito*,... p.43.

o caso concreto. Estes elementos, fundamentais à teoria dworkiana, não são máximas morais ontológicas, mas simples argumentos interpretativos, que se modificam tendo em vista cada caso concreto.⁴³ Se o conteúdo dos princípios pudesse ser dado anteriormente ao caso e à hermenêutica construtiva, todos as posições contra o aguilhão semântico teriam sido em vão. Desta forma a moralidade do juiz adentra no fenômeno jurídico, fazendo com que, como afirma Gessinger, “a moralidade política adquira forma mediante princípios. Os princípios são justificativas morais do direito que, todavia, fazem parte dele. [...] O direito, livre da amarra semântica, articula a reflexão moral dentro de si.”⁴⁴

A atribuição do caráter jurídico a um padrão, portanto, é simplesmente uma questão de terminologia. Expressa a relação de um enunciado ao “conceito de direito”, seja referente à “deliberações políticas coletivas tomadas no passado”, seja referente à “relação entre o poder e seu exercício”.

Dworkin cria um juiz imaginário, Hércules, que teria uma capacidade, uma sagacidade e uma paciência sobre-humanas e, desta forma, seria capaz de construir a teoria moral que melhor se adequaria ao acordo pré-interpretativo, ou seja, construiria uma teoria de princípios correta, a única, que justificaria plenamente as regras sociais.

No entanto, ao expor sua teoria dos princípios como intrinsecamente conectada à tese da única resposta correta, Dworkin passa a sofrer as principais críticas da posição cética interna. Interna porque, ao invés de criticar a possibilidade da participação do sujeito para a determinação de objetividade, como propõe o ceticismo externo, analisa o caráter desta participação. Defende que práticas de cortesia, obras de arte, etc. são por demais complexas para terem uma única resposta correta.

O ceticismo interno centra-se, portanto, na idéia de indeterminação, ou seja, interessa-se pelo conteúdo das afirmações, no sentido de que a única resposta correta é que nenhuma interpretação pode, com absoluta certeza, afirmar algo correto. Argumenta que a “interpretação ‘perfeita’ deve oferecer um tipo de unidade que nenhuma interpretação pode oferecer.”⁴⁵ Em última análise, não haveria uma resposta certa, mas apenas respostas diferentes.

O direito como integridade, na verdade, não está sendo devidamente compreendido, ao sofrer esta crítica. Visto que a existência de distintas respostas, verdadeiramente um fato, não é uma questão de indeterminação, mas de incerteza.

Não há problema nenhum em afirmar que as pessoas divergem sobre

43 Para outros sentidos atribuídos historicamente ao termo “princípio jurídico”, cf. CARRIÓ, Genaro. Principi di diritto e positivismo giuridico. in *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Aprile-Giugno, p.127-148, 1970.

44 GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito*,... p.39.

45 GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito*,... p.113.

valores, mas isso não traz razões para afirmar racionalmente de que não há uma resposta correta.⁴⁶ Dworkin chega a afirmar que “absolute clarity is a privilege of fools and fanatics”.⁴⁷ O cético interno não percebe que, em última análise, não pode afirmar a existência desta indeterminação, já que, mesmo essa proposição é considerada uma proposição objetiva. Os céticos precisam, ao menos, admitir a objetividade de suas formas de expressão, que concorre com as outras.

Um exemplo desta posição cética pode ser encontrada nas palavras de Robert Alexy, quando afirma que Dworkin peca na defesa da existência de uma resposta correta porque esta dependeria de uma ordenação rígida dos princípios internos ao ordenamento. Defende que sendo os princípios a expressão de valores, não se poderia em uma comunidade pluralista, estruturar uma “orden estrita”.⁴⁸ Para Alexy, em outras palavras, uma ordem

estrita não é possível, pois deveríamos saber a exata intensidade de realização de cada princípio. Dworkin, entretanto, não propõe uma ordem estrita nos moldes criticados por Alexy.

O direito em Dworkin tem relação direta com a justificação. É desta maneira que enfrenta o ceticismo interno, explicando porquê um Estado legítimo é aquele que proporciona uma obrigação política em seus cidadãos, ou seja, entre os cidadãos é reconhecida uma autoridade moral nos deveres impostos por meio legal. Por isso que a teoria de Dworkin pode ser vista como uma teoria de direitos. Direitos individuais que funcionam como “trump cards” contra o Estado e suas políticas públicas. Triunfos políticos nas mãos dos indivíduos, que não podem ser negados nem pelo governo, tampouco pela maioria (sobre a base de argumentos de supostos benefícios ou prejuízos gerais). Incidir nesta prática implicaria em não “levar os direitos a sério”.⁴⁹

46 Dworkin, de fato, afirma que “Nenhum aspecto do direito como integridade tem sido tão mal compreendido quanto sua recusa em aceitar a opinião popular de que não existem respostas exclusivamente certas nos casos difíceis do direito. Eis uma afirmação que Hercules rejeita: ‘Os casos difíceis são difíceis porque diferentes grupos de princípios se ajustam suficientemente bem a decisões do passado para serem consideradas como interpretações aceitáveis deles.’ Advogados e juízes vão divergir sobre qual deles é mais equitativo ou mais justo, mas nenhuma das partes pode estar ‘realmente’ certa, pois não existem padrões objetivos de equidade e de justiça que um observador neutro pudesse utilizar para decidir-se por um deles.” DWORKIN, Ronald. *Império...*, p.317.

47 DWORKIN Ronald. *Objectivity and truth*, ... p.133.

48 ALEXY, Robert. Sistema Jurídico, princípios jurídicos e razon práctica. *Doxa*, v.5, p.145.

49 VIGO, Rodolfo. La Interpretación jurídica en Ronald Dworkin, in *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Ottobre-Dicembre, LXX, 1993, p.666.

Esses direitos derivam de um direito mais fundamental: o direito a uma igual consideração e respeito. Um direito que diz respeito às decisões sobre a distribuição dos bens pela máquina pública.⁵⁰ Desta forma, Dworkin admite ser a legitimidade uma questão moral,⁵¹ exigindo que o indivíduo também tenha, para usarmos uma terminologia hartiana, um ponto de vista interno.⁵²

50 Dworkin, deve-se ressaltar, quando fala de direitos individuais, não está referindo-se aos direitos que são reconhecidos pelo Estado. Estes seriam, digamos, “direitos civis positivados”, visto que, como diz Watt, “os mesmos procedimentos ou decisões que criaram estes direitos podem estender, restringir ou até aboli-los”. O direito a um igual respeito e consideração é inato ao indivíduo e não conferido a ele. Watt concorda com essa posição, quando afirma que “It is to positive civil rights that we will appeal if we can. If the rules or the laws recognize our claim, we are then invoking, not *human* rights, but the rights of residents, citizens, voters, football players, or whatever. If the customs of our village recognize our claim, we will appeal to those customs. But where our claim is not recognized by the rules or the law, there is no point in appealing to them. Rather, if we appeal, we must appeal *against* them.”, Cf. WATT, E.D. Taking rights seriously enough: what kind of rights could be trumps?, in *The American Journal of Jurisprudence*, v.38, 1993, p.257.

51 A concepção de objetividade de Hart, por não depender moralmente do indivíduo, não torna a legitimidade uma questão moral, mas sociológica. A legitimação passa a depender dos juízes e funcionários públicos, aqueles que, para Hart, precisam possuir um ponto de vista interno. A justificação, nas palavras de Hart, é absolutamente inútil, visto que é uma condição necessária a um sistema jurídico que os cidadãos obedeçam ao direito, e não que o aceitem. Por outro lado, os critérios de identificação do direito precisam do reconhecimento dos funcionários públicos, visto que “se o ponto de vista interno não estivesse aí largamente disseminado, não poderia haver logicamente quaisquer regras. Mas onde há uma união de regras primárias e secundárias [...] a aceitação das regras como padrões comuns para o grupo pode ser desligada do aspecto relativamente passivo da aquiescência do indivíduo comum em relação às regras, obedecendo-lhes por sua conta apenas.” É por este motivo que Hart afirma que é necessário que haja um conteúdo mínimo de moralidade, mínimo exatamente por ser o mínimo necessário para que seja possível que ao menos algumas pessoas tenham uma perspectiva interna com relação ao ordenamento e possam formar regras sociais. Sobre o caráter contingente deste direito moral mínimo em Hart, Cf. CATTANEO, Mario. Il diritto naturale nel pensiero di Herbert Hart. in *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Milano, n.4, p.673-694, 1965. Para Hart, a relação entre o direito e o cidadão é uma relação de poder, e somente isso. A máquina pública só precisa manter sua regra de jurisdição, o que sociologicamente significa, em suma, ter força coercitiva para evitar uma revolução. Por isso que Hart pode comparar a sociedade a um rebanho, explicando que os “carneiros poderiam acabar no matadouro.” Cf. HART, Herbert. *O Conceito*,... p.129 e 310.

52 Dworkin admite que seria muito complicado afirmar que o sistema nazista não era um sistema jurídico. Ele chega a afirmar que “não temos dificuldades em compreender alguém que diga que a lei nazista não constituía realmente um direito, ou era um direito num sentido degenerado”, mas não era claro em dizer o porquê desta fácil constatação. Sociologicamente o regime nazista é “direito”, mas é, entretanto, moralmente pouco desenvolvido.

Desta forma a tese da resposta correta encaixa-se, como uma das peças principais, em uma mais abrangente teoria política.

No entanto, a má compreensão desta tese da única resposta, promove críticas em Dworkin por algo que ele efetivamente não é. A resposta correta é defendida como existente, não como praticável. A integridade não é uma utopia, mas um ideal que pode melhorar nossas práticas institucionais concretas, legitimando-as com os indivíduos. A obrigação dos juizes seria, para usarmos termos civilistas, uma obrigação de meios e não de resultado.

A teoria de Dworkin é, em suas próprias palavras, uma teoria política comum,⁵³ ou seja, uma teoria que não trabalha com utopias, mas que visa prescrever como melhorar as instituições existentes. Em uma teoria política utópica os problemas relativos à justiça e à equidade que seriam enfrentados. Não a integridade. E este fato não é uma questão de falta de espaço para a integridade como ideal político, já que ela seria absolutamente inútil dentro de uma utopia. “A coerência estaria garantida porque as autoridades fariam sempre o que é perfeitamente justo e imparcial.”⁵⁴

É, portanto, desta forma que a objetividade e a integridade se encontram. A objetividade nos enunciados jurídicos, portanto, tem, como mostrado no primeiro ponto, intrínseca relação

com a legitimação do uso da força pública contra os indivíduos. Isso mostra como a busca pela objetividade nos domínios jurídicos está presente tanto em Hart como em Dworkin, no entanto, visto os enunciados jurídicos terem tomado novos aspectos, seria um truísmo esperar que os inimigos também não o fizessem.

CONCLUSÃO

Este ensaio teve como principal proposta mostrar que algo habitualmente visto como um debate era, na verdade, um projeto comum. Entre os objetivos secundários, pode-se listar 1) a noção de objetividade em cada um dos autores e 2) o caráter da distinção lógica entre regras e princípios.

Ao perceber que o que está por detrás do projeto moderno para o direito é uma busca da legitimação da força pública, é possível compreender as principais teses do que normalmente se denomina de positivismo jurídico, e mostrar que a autonomia do direito não é uma condição necessária, nem ao menos possível, como mostrou o professor Barzotto, para que esta legitimidade seja adquirida.

Hart e Dworkin, não voluntariamente creio, construíram concepções de objetividade que acabam por complementar-se, mostrando que o que deveria ser evitado é, não a participação do sujeito nos domínios normativos

53 DWORKIN, Ronald. *Império...*, p.199.

54 DWORKIN, Ronald. *Império...*, p. 213-4.

(regras em Hart e princípios em Dworkin), mas sim o ceticismo quanto à possibilidade e à maneira de como isto acaba por ocorrer.

O direito, para este projeto, não é, portanto, nem um conjunto de regras – objetivas devido à intersubjetividade da linguagem – tampouco um conjunto somente de princípios – objetivos devido à busca por uma universalização da moralidade subjetiva. É, sim, um conjunto de regras e princípios, um fenômeno que alia o social ao individual e a tradição à coerência. Este projeto,

em suma, como também fez o positivismo, tenta mostrar sob quais condições é legítima a ação do poder público contra pessoas. Mas com uma distinta visão sobre a natureza da objetividade no direito, apontando para o fato que, quando o assunto é o fenômeno jurídico, não é inteligível a participação do sujeito como um mero expectador, a constituição dos enunciados normativos exige, seja como parte de um todo social, seja como um intérprete do resultado deste todo, um posicionamento crítico do sujeito.

REFERÊNCIAS

- ALEX, Robert. Sistema Jurídico, princípios jurídicos e razon práctica. *in Doxa*, v.5, p.139-151, 1988.
- BARZOTTO, Luis Fernando. *O Positivismo Jurídico Contemporâneo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- CALSAMIGLIA, Albert. Dworkin and the focus on Integrity, *in ARSP*, v.80, 1994.
- CATANIA, Alfonso. L'accettazione nel pensiero di Herbert L.A. Hart. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Milano, v. 48, n. 4, p.261-279, 1971.
- CATTANEO, Mario. Il diritto naturale nel pensiero di Herbert Hart. *in Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Milano, n.4, p.673-694, 1965.
- CARRIÓ, Genaro. Principi di diritto e positivismo giuridico, *in Rivista di Filosofia*. Torino, n.2, Aprile – Giugno, p. 127 – 148, 1970.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. (trad. Nelson Boeira) São Paulo: Martins Fontes. 2002.
- DWORKIN, Ronald. *Império do Direito*. São Paulo: Martins Fontes. 2002.
- DWORKIN Ronald. Objectivity and truth: you'd Better Believe It, *in Philosophy & Public Affairs*, 1996.
- DWORKIN, Ronald. *Uma Questão de Princípios* (Trad. Luis Carlos Borges). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ENDICOTT, Timothy. Herbert Hart and the Semantic Sting. *In COLEMAN, Jules (ed.). Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GAFFNEY, Paul. *Ronald Dworkin on Law as Integrity: Rights as Principles of Adjudication*. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 1996.
- GESSINGER, Rafael Koerig. *O Direito e a Filosofia Prática no Pensamento de Ronald Dworkin*. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. Como es posible la legitimidad por via de la legalidad?

- Revista Doxa*, Universidad de Alicante, 1988.
- HART, Herbert. *O Conceito de Direito*. 3.ed. Lisboa: Caulouste Gulbenkian, 1994.
- HART, Herbert. Positivism and the separation of law and morals. In: DWORKIN, Ronald (Org.). *The philosophy of law*. Oxford: Oxford University Press. 1977.
- HUND, John. New Light on Dworkin's Jurisprudence. *ARSP*, v.LXXV. 1989.
- MACCORMICK, Neil. The concept of law and 'the concept of law'. Oxford *Journal of Legal Studies*, v.14, 1994.
- MICHELON JR, Cláudio. *Aceitação e Objetividade*, Dissertação de Mestrado apresentada à faculdade de Direito/UFRGS em junho de 1996.
- PARAMO, Juan R. de. *H.L.A. Hart y la teoria analítica del derecho*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.
- PASCUA, José Antonio de Ramos. *La Regla de Reconocimiento en la Teoria Jurídica de H.L.A. Hart*. Madrid: Fundacion Cultural Enrique Luño Pena, 1989.
- PASTORE B., Integrità tradizione, interpretazione, in *Rivista internazionale di filosofia del diritto*, IV Serie, n.70, 1993.
- PINO G., Coerenza e verità nell'argomentazione giuridica. Alcune riflessioni, in *Rivista internazionale di filosofia del diritto*, LXXV, 1998.
- RAZ, Joseph. Two Views of the Nature of the Theory of The Law, in COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCHIAVELLO, Aldo. *Diritto come integrità: incubo o nobile sogno? Saggio su Ronald Dworkin*, Giappichelli, 1998.
- SCHIAVELLO, Aldo. Riflessioni sulla distinzione "rules/principles" nell'opera di Ronald Dworkin. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Gennaio-Marzo, p.159 e ss., 1995.
- STAVROPOULOS, Nicos. Hart's Semantics. in COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- VIGO. Rodolfo. La Interpretación jurídica en Ronald Dworkin, in *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, Ottobre-Dicembre, LXX, 1993.
- WALDMAN, Ricardo Libel. A Teoria dos Princípios de Ronald Dworkin. *Direito e Justiça*, Porto Alegre, v. 25, p. 119-145, 2002.
- WATT, E.D. Taking rights seriously enough: what kind of rights could be trumps?, in *The American Journal of Jurisprudence*, v.38, 1993.